

Senado abre mão de emendar ajuste fiscal

■ Alterações propostas por senadores serão apresentadas na Câmara para possibilitar aprovação do projeto até 10 de fevereiro

BRASÍLIA — Em decisão inédita, os líderes dos partidos no Senado decidiram ontem os senadores abrirão mão de propor emendas ao ajuste fiscal. As alterações serão apresentadas durante a negociação do projeto na Câmara. A idéia é evitar novas emendas na fase de discussão no Senado, o que obrigaria o retorno do projeto à Câmara e dificultaria sua aprovação até 10 de fevereiro, quando se encerra período de convocação extraordinária do Congresso.

“O projeto que vier da Câmara será votado no Senado sem emendas”, comemorou o líder do governo, senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao final da reunião de lideranças. O PMDB, segundo Simon, terá três senadores para acompanhar as negociações entre os deputados. “Desta forma ganhamos tempo, porque se o Senado aprovar emendas não haverá tempo para aprovação do ajuste dentro da convocação extraordinária”, disse Simon.

Sem garantias — O presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), explicou que o acordo, entretanto, não tem garantias de que será respeitado, porque não há dispositivo que impeça um parlamentar de apresentar emenda a projetos que constem da ordem do dia. “Se algum senador quiser apresentar emendas não poderei impedir”, avisou Benevides, que elogiou a proposta de acompanhar as articulações na Câmara para não atrasar a votação no Senado.

“Mas a matéria passa lá (na Câmara) e o reflexo aqui (no Senado) é inevitável”, ponderou Benevides. Segundo ele, mesmo que não sejam apresentadas emendas pelos senadores, o Senado precisará de 18 dias para aprovar o ajuste fiscal, devido ao prazo mínimo de intervalo entre o primeiro e o segundo turno de votação — por se tratar de emenda constitucional. “Se não der tempo, o projeto ficará para o período ordinário de funcionamento do Congresso, que começa no dia 15 de fevereiro”, explicou Benevides.

“Guerra” — Além do ajuste fiscal, o Senado votará durante a convocação extraordinária os projetos de modernização dos portos, concessões de serviços públicos e



Reunidos com Ibsen, líderes decidiram que Câmara vai dar prioridade absoluta à votação do ajuste

licitações públicas (alteração do Decreto 2.300, que regulamenta as concorrências). O líder do governo e relator do projeto de licitações no Senado, Pedro Simon, vai propor em seu relatório que, uma vez constatada corrupção em concorrências públicas, o Tribunal de Contas da União (TCU) tenha acesso à contabilidade das empresas beneficiadas pela fraude.

“Vai ser uma guerra, porque a essência do projeto é chegar ao corruptor”, afirma Simon. Segundo ele, há casos em que o administrador público envolvido em irregularidades já foi substituído (e por isso há dificuldade em aplicar punição), mas os quadros de diretorias das empresas privadas beneficiadas permanece intocado, e os corruptores continuam em ação. O Senado também vota esta semana o projeto de lei orgânica do Ministério Público federal.

□ A senadora Júnia Marise (PRN-MG) recusou o convite para chefiar a Secretaria de Administração do governo federal. O presidente Itamar Franco convidou pessoalmente a senadora na segunda-feira, em audiência no Palácio do Planalto. O presidente queria elevar o suplente de Júnia, Roberto Medeiros, à condição de titular de uma das 81 vagas do Senado. Júnia Marise alegou que preferia uma vaga na Mesa do Senado.

Líderes dão prioridade

Os líderes partidários na Câmara dos Deputados decidiram dar toda a prioridade à votação do ajuste fiscal. Enquanto o plenário não deliberar em primeiro turno sobre esse assunto, nenhum outro tema entrará na ordem do dia. Foi aberta exceção apenas para os projetos regulamentando o plebiscito sobre sistema de governo e criando a Advocacia Geral da União, que entraram em votação ontem.

“Haverá deliberação sobre o ajuste durante a convocação extraordinária”, garantiu o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que hoje às 14h30 volta a se reunir com todos os líderes para tentar um acordo em torno do mérito da reforma fiscal. “A decisão de dar prioridade ao ajuste mostrou que o colégio de líderes está consciente da importância do assunto”, declarou, exultante, o líder do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE).

Para Freire, o fundamental é que o ajuste fiscal entre logo em votação. Ele admite que a proposta governamental possa até ser derro-

tada em alguns aspectos, mas avalia que, em seu conjunto, acabará vitoriosa. Freire e o líder no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS) reúnem-se hoje pela manhã com todos os ministros no Palácio do Planalto, para reforçar a mobilização em favor da reforma fiscal.

A idéia, segundo Freire, é que cada ministro procure convencer os deputados de seu partido a aprovar o ajuste nos próximos dias. Muitos parlamentares acreditam, no entanto, que o governo conta com outro trunfo: as nomeações do segundo escalão. “Os cargos ainda não foram preenchidos e é claro que isso vai pesar muito na hora do voto em plenário”, explicou um deputado.

Na avaliação dos deputados que vêm participando das negociações, apesar da boa vontade do Congresso em relação ao governo, há pontos delicados, como a criação do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF), a quebra parcial do sigilo bancário e a introdução da Contribuição sobre o Valor Adicionado (CVA).